

**OS LIVROS DIDÁTICOS NA ESCOLA PÚBLICA.
OBSERVAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E O
CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL 11.645 DE 2008.**

Viviane Edna Vieira Patrício

UEPB- ve.patricio@bol.com.br

Jeová Wendel da Silva Guerra

UEPB- wendel_guerra@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo mostrar como os livros didáticos utilizados nas escolas públicas do Estado da Paraíba, não cumprem o que contempla a lei 11.645/2008, que implementa a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica, ensino fundamental e médio essa medida vem determinar que os livros didáticos tragam em seu conteúdo informações que possibilitem a inserção dos povos de etnias indígenas, africanas e afrodescendentes, trazendo ao conhecimento dos estudantes suas histórias, culturas e contribuições para nossa nação, essa lei visa promover a inserção da história desses povos tanto no currículo como nos livros de educação básica em todas as escolas do país.

Palavras-chave: Ensino público, Livro Didático, Educação para as relações étnico-raciais.

ABSTRACT

This work aims to show how the textbooks used in public schools in the state of Paraíba do not meet contemplating african-Brazilian and indigenous law 11.645 / 2008, which implements the mandatory teaching of African history and culture, basic education ,



middle and high schools the measure is to determine which textbooks to bring in content information allowing the inclusion of indigenous peoples, Afro-descendants and African ethnicities, bringing to the attention of the students their histories, cultures and contributions to our nation, this law aims promote the inclusion of the history of these peoples both in the curriculum and in the books of basic education in all schools.

Keywords: Public Education, Textbooks, Education for ethnic and racial relations.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo mostrar como os livros didáticos utilizados em escolas públicas na Paraíba, não privilegiam o que contempla a lei que implementa a obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira e indígena na educação básica. Nossa proposta é observar como os livros didáticos utilizados no Brasil após a lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de História a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, no ensino básico das escolas públicas e particulares da federação, avaliou-se o não cumprimento dessa ação que determina tais legislações. Segundo a Lei 11645/2008 as temáticas devem ser trabalhadas no âmbito de todo o currículo escolar, mas preferencialmente, nas disciplinas de História, Literatura e Educação Artística.

Nossa metodologia de pesquisa usada foi a qualitativa que se desenvolveu a partir de uma análise bibliográfica e de investigação em livros didáticos destinados ao Ensino Fundamental e Médio de diferentes editoras e escritores, confeccionados no Brasil, e que são consumidos por aos alunos de escolas públicas, utilizamos como material para nosso estudo os livros direcionados ao ensino da disciplina de História. Nossa ênfase com esta pesquisa é discutir como as leis no Brasil são esquecidas e conseqüentemente não cumpridas, e cujos conteúdos selecionados para o ensino público e privado sofrem modificações, sobretudo, a partir do material didático, como é o caso do livro de história.

Utilizamos como base para esse artigo os livros como já citados direcionados ao ensino fundamental do 6º ao 9º e do médio do 1º ao 3ºano, vale salientar que todos os livros foram impressos depois da promulgação das Leis que afirmam que toda escola tem que trazer na grade curricular direcionada aos alunos conteúdos sobre as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas.

De acordo com o que estabelece tais legislações, a inclusão deste conteúdo no currículo escolar é obrigatória, o que se faz entender que todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares do Brasil, são obrigados a ministrarem para seus alunos conteúdos que ensinem sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

O conteúdo programático a que se refere o artigo da lei incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil. A lei também enfatiza que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar nacional.

A Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008, promulgada cinco anos depois da lei 10.639/2003 reafirma os estudos das relações étnico-raciais nos livros didáticos consumidos no país por estudantes de instituições educacionais públicas e privadas, a sanção dessas leis obriga a constar no currículo oficial de toda rede de ensino do país a das temáticas referente a “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O conteúdo programático a que se refere esta Lei incluirá os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira,



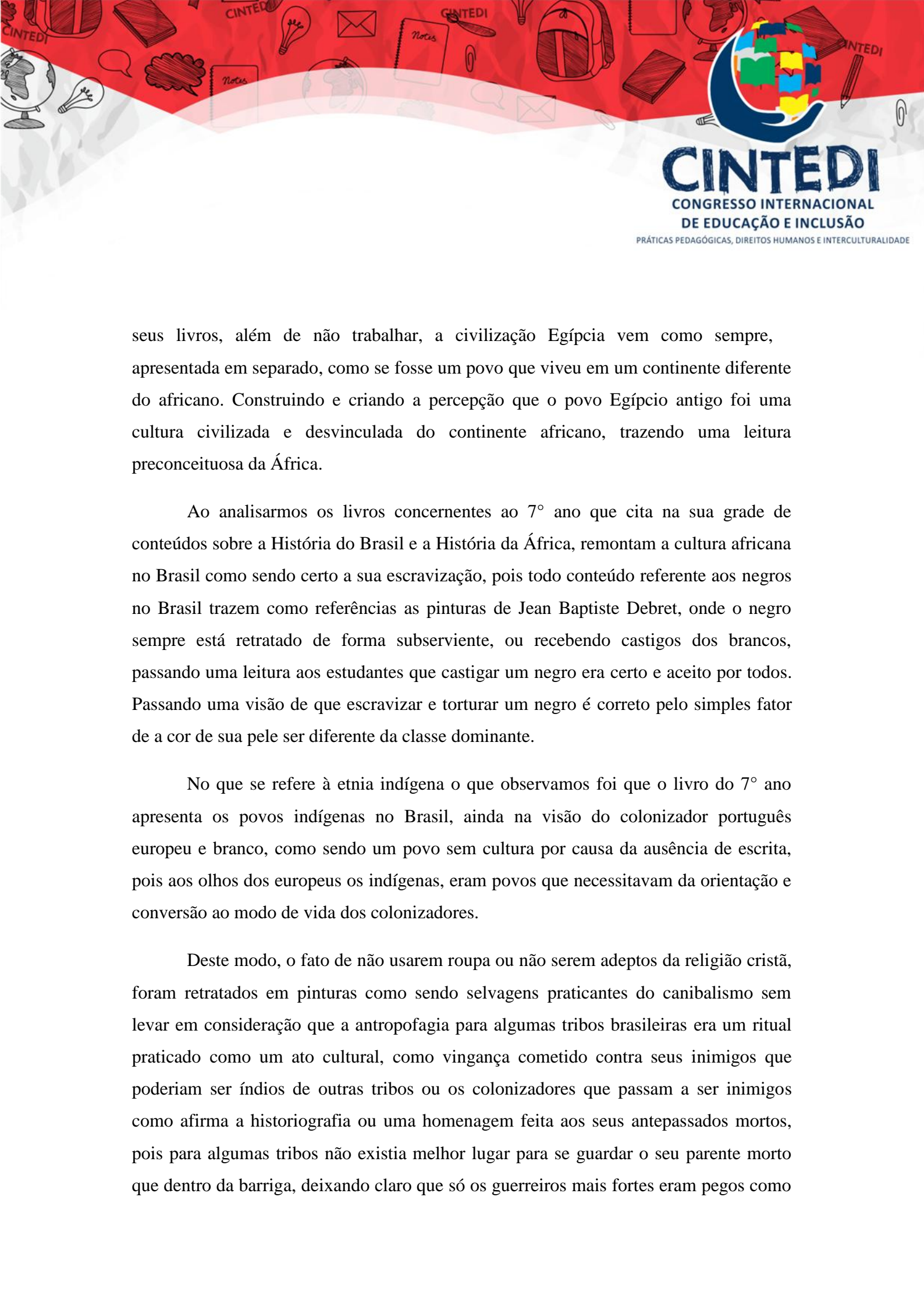
como o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas sociais, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Os temas dos quais tratam as leis são relevantes para podermos entender o quanto essas culturas foram e são importantes na formação de uma identidade nacional, que se caracteriza pela mistura de raças na sua concepção como nação, porém não devemos reproduzir o mito da “democracia racial” onde se tinha o conceito de que existia uma aceitação natural por sermos uma nação miscigenada, exemplo disso é a Aprovação dessas Leis, pois se fossemos tão democráticos como o país afirma ser, não existiria a necessidade de regras que assegurassem a importância e o reconhecimento dessas etnias em nossa nação.

Neste sentido, ressaltamos que os livros didáticos que se apresentam hoje nas escolas ainda são utilizados como a principal ferramenta de ensino empregado pelos professores das escolas públicas e privados, mesmo tendo o conhecimento das outras ferramentas de ensino que podem ser utilizadas nas aulas como forma de conhecimento como: as mídias digitais, os filmes, as músicas, a literatura, o uso dos quadrinhos, mesmo com todas essas opções de materiais disponíveis o livro didático continua sendo o principal e muitas vezes o único recurso utilizado para formação dos alunos.

O que se torna complicado, pois dependendo da estruturação do livro os conteúdos trazidos podem ser tendenciosos, carregado de discursos que muitas vezes tem o poder de confirmar atitudes segregativas, excludentes e preconceituosas num discurso de legitimação imposta pelas classes dominantes. Cabendo então aos responsáveis pelos órgãos que gerem a educação no Brasil, fiscalizar os livros consumidos pelos estudantes das escolas de todo país.

Na nossa análise dos livros do 6º ano percebemos que nenhum dos livros analisados traz informações ou conteúdos sobre as culturas africanas ou indígenas em



seus livros, além de não trabalhar, a civilização Egípcia vem como sempre, apresentada em separado, como se fosse um povo que viveu em um continente diferente do africano. Construindo e criando a percepção que o povo Egípcio antigo foi uma cultura civilizada e desvinculada do continente africano, trazendo uma leitura preconceituosa da África.

Ao analisarmos os livros concernentes ao 7º ano que cita na sua grade de conteúdos sobre a História do Brasil e a História da África, remontam a cultura africana no Brasil como sendo certo a sua escravização, pois todo conteúdo referente aos negros no Brasil trazem como referências as pinturas de Jean Baptiste Debret, onde o negro sempre está retratado de forma subserviente, ou recebendo castigos dos brancos, passando uma leitura aos estudantes que castigar um negro era certo e aceito por todos. Passando uma visão de que escravizar e torturar um negro é correto pelo simples fator de a cor de sua pele ser diferente da classe dominante.

No que se refere à etnia indígena o que observamos foi que o livro do 7º ano apresenta os povos indígenas no Brasil, ainda na visão do colonizador português europeu e branco, como sendo um povo sem cultura por causa da ausência de escrita, pois aos olhos dos europeus os indígenas, eram povos que necessitavam da orientação e conversão ao modo de vida dos colonizadores.

Deste modo, o fato de não usarem roupa ou não serem adeptos da religião cristã, foram retratados em pinturas como sendo selvagens praticantes do canibalismo sem levar em consideração que a antropofagia para algumas tribos brasileiras era um ritual praticado como um ato cultural, como vingança cometido contra seus inimigos que poderiam ser índios de outras tribos ou os colonizadores que passam a ser inimigos como afirma a historiografia ou uma homenagem feita aos seus antepassados mortos, pois para algumas tribos não existia melhor lugar para se guardar o seu parente morto que dentro da barriga, deixando claro que só os guerreiros mais fortes eram pegos como



prisioneiro e que se fazia todo um preparo para o ato de receber a força do inimigo através do comer sua carne, não era uma prática comum de todas as tribos encontradas no território brasileiro apenas alguns povos os praticava.

A partir da leitura dos livros direcionados aos estudantes do 8º ano, percebemos que o mínimo que traz de informações da cultura africana no livro, é concernente mais uma vez a condição de escravização do negro no Brasil, e em um dos livros deixa claro o status quo de aculturamento do negro, na época da Independência da colônia para com a metrópole, pois os negros lutam pela emancipação do país com o pensamento que sua situação na sociedade mudaria, isto é, teria sua liberdade. Pois essa liberdade econômica só foi possível aos brancos que tinham bens e que almejavam a diminuição dos impostos pagos a coroa portuguesa. Em outra passagem trás a revolta do Malês como sendo uma forma de resistência dos negros, contra os abusos e a violência causada pelos seus senhores, seu objetivo principal era matar todos os brancos para poder adquirir a liberdade, mais uma vez uma deturpação da verdade com a finalidade de justificar a supremacia “branca”.

No que se relaciona ao livro do 9º ano este não menciona nada sobre a cultura ou qualquer conteúdo que propicie trabalhar a cultura africana, afro-brasileira ou indígena, nas únicas duas paginas que trazem a presença do tema é falando da luta de Martin Luther King contra o racismo, em que é mencionada a importância deste, como um político e sua relevância histórica nos EUA, mas não se detém a analisar as questões afro-brasileiras e indígenas da sociedade brasileira de maneira crítica.

Analisamos os livros direcionados a estudantes do Ensino Médio e ordenamos por série. Nos livros fornecidos aos estudantes do primeiro ano, vemos mais uma vez a visão de que o Egito está localizado em outro lugar do planeta e não no continente africano, é feito um rápido comentário acerca dos reinos antigos sem muito aprofundamento, um dos três livros analisados encontra-se logo após a breve



explicação dos reinos africanos duas páginas descrevendo os índios no Brasil, descrição um tanto deslocada no tema e no tempo histórico no qual o assunto está abordado, causando no leitor confusão ao encontrar tais informações sem qualquer organização relacionada ao tempo e ao espaço. Um não trás nada de informação sobre a etnia indígena e o outro apenas dispõem de uma informação superficial uma breve explicação dos povos indígenas do Brasil associados aos nativos da América hispânica e inglesa não constando informações a respeito das contribuições deixadas por essas etnias, assim como dita a lei.

Nos livros destinados aos estudantes do segundo ano mais uma vez se descreve a África como o continente dos escravos (e não escravizados como é correto afirmar), e em se tratando do Brasil descreve apenas a resistência e a formação dos quilombos de forma muito superficial, dos três livros analisados apenas um descreve os índios no Brasil, mas também não se aprofunda mostrando as suas influencias em nossa sociedade e contribuições.

Nos livros destinados aos alunos do 3º ano percebe-se uma ausência dessa temática do qual trata a Lei, o pouco que se fala da etnia africana retrata o continente como uma colônia europeia e a solicitação de libertação desse regime de exploração. No tocante a informações a respeito dos nativos brasileiros mais uma vez nos deparamos com ausência de informações e em um dos livros se apresenta numa página a informação de uma escola em uma reserva indígena e a informação acaba, e mais uma vez a informação é passada de forma descuidada sem uma localização e uma contextualização histórica, o que pode causar no leitor certa confusão.

CONCLUSÃO

Após a análise expressa acima, detectamos o descumprimento de forma generalizada da lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008, e o pouco que se traz dessas



temáticas nos livros está disposta de forma desorganizada e superficial causando nos consumidores finais os estudantes, dúvidas e confusão ao deparar-se com tais “conteúdos”, o que nos constatamos sem sombra de dúvidas quando não insuficiência, ausência das temáticas nas quais as leis enfaticamente descreve, percebemos a ineficiência e descaso dos responsáveis pela seleção dos temas que compõem os livros, e ausência de um órgão gestor ligado ao Ministério da Educação que fiscalize e assegure a execução das leis nos livros didáticos consumidos em nosso país, essa ausência desses conteúdos impossibilita o professor de trabalhar a cultura africana, afro-brasileira e indígena em sua amplitude já que a ferramenta mais utilizada nas escolas públicas do Brasil ainda é o livro didático. .

A pergunta que não quer calar é, como trabalhar temas que são obrigatórios por lei, que fazem parte de uma construção da identidade, da sociedade e da cultura brasileira, além do tempo reduzido no currículo escolar para ministrar essas aulas, e dos materiais (livros didáticos) disponíveis que não contemplam o que determina a lei?

Acreditamos que com tantos empecilhos, cabe a escola e ao professor o comprometimento para trabalhar os temas de maneira interdisciplinar no acesso dessas culturas ao aluno, trazendo assim a possibilidade do professor apresentar as contribuições culturais riquíssimas que esses povos nos deixaram, mostrando que a nossa formação social tem bases enraizadas nas culturas e tradições africanas e indígenas, e que antes de qualquer coisa, devemos trazer a humanização desses povos e mostrando as práticas de subjuga mento errônea, e desumana praticada contra esses povos, devemos desconstruir os preconceitos estabelecidos pelas classes dominantes “brancas” e formar novos conceitos, aceitando essas culturas como nossa, nos orgulhando dessa rica herança deixada pelos nossos antepassados, pessoas que sofreram morreram para construir essa nação tão rica e miscigenada.

BIBLIOGRAFIA:

BOULOS JUNIOR, Alfredo. Coleção História: Sociedade e Cidadania. 6º ano. São Paulo: FTD, 2004.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. Coleção História: Sociedade e Cidadania. 8º ano. São Paulo: FTD, 2006

COTRIM, Gilberto. Saber e fazer História, 7º ano. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COTRIM, Gilberto. Saber e fazer História, 8º ano. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COTRIM, Gilberto. Saber e fazer História, 9º ano. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FAUSTO, Henrique Gomes Nogueira. CAPELLARI, Marcos Alexandre (orgs.). Ser Protagonista: 1º ano. São Paulo: Edições SM, 2010.

FAUSTO, Henrique Gomes Nogueira. CAPELLARI, Marcos Alexandre (orgs.). Ser Protagonista: 2º ano. São Paulo: Edições SM, 2010.

FAUSTO, Henrique Gomes Nogueira. CAPELLARI, Marcos Alexandre (orgs.). Ser Protagonista: 3º ano. São Paulo: Edições SM, 2010.

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros Didáticos do Ensino Fundamental. Revista Científica Entretextos, Londrina, v.13, nº02, p.33-54, jul./dez.2013.

PELLEGRINI, Marco Cesar. Novo Olhar: Vol 1. São Paulo. FTD, 2010.

PELLEGRINI, Marco Cesar. Novo Olhar: Vol. 2. São Paulo. FTD, 2010.

PELLEGRINI, Marco Cesar. Novo Olhar: Vol.3. São Paulo. FTD, 2010.

PILETTI, Nelson. História e vida integrada: 7º ano. São Paulo: Ática, 2005

PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA. Editora Moderna (org.): Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela editora Moderna. 2 ed. 6º ano. São Paulo: Moderna, 2007.

PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA. Editora Moderna (org.): Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela editora Moderna. 2 ed. 8º ano. São Paulo: Moderna, 2007.

SANTIAGO, Pedro. Por Dentro da História, vol 1. São Paulo. Escala Educacional, 2013.

SANTIAGO, Pedro. Por Dentro da História, vol 2. São Paulo. Escala Educacional, 2013.

SANTIAGO, Pedro. Por Dentro da História, vol 3. São Paulo. Escala Educacional, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da Vida Privada no Brasil 4: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 2008. P. 173-244.

VAZ, Maria Luísa. Jornadas.hist: 9ºano. São Paulo: Saraiva, 2012.

VICENTINO, Cláudio. Projeto Radix- História: 6º ano. São Paulo: Scipione, 2005.

Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,livros-didaticos-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afrobrasileira-e-indigena-instrumento-necessario-para-a-a,36406.html>. Acessado em 11 de Novembro de 2014.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 22 de julho de 2014.



CINTEDI
CONGRESSO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, DIREITOS HUMANOS E INTERCULTURALIDADE

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.

Acessado em 22 de julho de 2014.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acessado em 22 de julho de 2014.